

Dossiê

**“Educar corretamente evitando aberrações”:
notas introdutórias sobre discursos punitivos/discriminatórios
acerca das homossexualidades e transgeneridades****“Educate properly avoiding aberrations”: introductory notes to the punitive /
discriminatory speeches about the homosexualities and transgenerities****Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^{o1}****Resumo**

Procuro, neste artigo, apresentar brevemente algumas das formas como discursos punitivos/discriminatórios são aplicados em relação às homossexualidades/afetividades, e em paralelo às transgeneridades, equivocadamente tomadas como sinônimos das homoafetividades/sexualidades. O artigo apoia-se, de modo muito sucinto, na leitura e análise de alguns discursos percebidos em literatura evangélica recente, e objetiva adensar as discussões que visam problematizar as (in)tolerâncias e fundamentalismos religiosos/generificados/sexuais percebidos na sociedade do tempo imediato.

Palavras-chave: Cura e libertação de homossexuais e travestis. Intolerâncias religiosas, de gênero e de orientação afetiva/sexual. Leitura evangélica.

Abstract

I aim, in this essay, introduce briefly some of the ways how punitive/discriminatory discourses are applied towards the homosexualities/affectioness (examples of sexual orientation and affections), and in parallel to the transgenderiness (which includes identities and expressions of the trans gender), wrongly interpreted as synonyms of homoaffectivities/sexualities. This article is based upon, in a very synthetic manner, in the analysis and readings of some recent observed evangelic discourses, and intends to enlarge the discussions that aims to problematize the religious/genderified/sexual (in) tolerances and fundamentalism.

Keywords: Cure and liberation (rescue; restoration) of homosexual's and travesties. Intolerances and religious, gender, and affective/sexual orientation fundamentalism. Gospel readings.

¹ Presidente da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), especialista em Marketing e Comunicação Social, pela Fundação Cásper Líbero, graduado em História, pela USP. Autor de *A grande onda vai te pegar: marketing, espetáculo e ciberespaço na Bola de Neve Church* (2013), dentre outras publicações. Site: ciborgues.tk. Endereço eletrônico: edumeinberg@gmail.com

1 Considerações iniciais

Apresento neste texto, sinteticamente, algumas das formas como discursos evangélicos contemporâneos – *punitivos/discriminatórios* e relacionados ao que convencionei provisoriamente como *teologia cishet/psi/spi* – são aplicados em relação às homossexualidades/afetividades (exemplos de orientações sexuais e afetivas), e em paralelo às transgeneridades (que englobam identidades e expressões de gênero trans*), equivocadamente tomadas como sinônimos das homoafetividades/sexualidades. O artigo

fundamenta-se, de modo conciso, na análise bibliográfica de parte da literatura evangélica recente, especialmente em um dos livros de Dr. John S. H. Tay, intitulado *Nascido gay?* Existem evidências científicas para a homossexualidade? (2011), e intenta auxiliar no adensamento das discussões que objetivam problematizar as relações entre discursos religiosos e (in)tolerâncias e fundamentalismos religiosos/generificados/sexuais identificados na sociedade do tempo imediato.

2 Anotações iniciais sobre uma teologia cishet/psi/spi de caráter punitivo/discriminatório

2.1 Sobre identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual e orientação afetiva

De início, faz-se mister realçar que *homossexualidades/afetividades* e *transgeneridades* são coisas distintas. Homoafetividades e homossexualidades são, respectivamente, orientações afetivas e sexuais, enquanto as transgeneridades são transgressões das normas de gênero esperadas de quem é outorgado de dado sexo/gênero no nascimento ou gestação.²

É importante marcar também a diferença entre os termos *peessoas trans** e *peessoas LGB*. A sigla LGB refere-se a pessoas lésbicas, gays e bissexuais/afetivas. Já o termo *trans** é um vocábulo guarda-chuva que acolhe experiências transgêneras distintas, tanto em termos de identidades de gênero como de expressões de gênero. Entre as diversas automarcações identitárias de pessoas transgêneras, destacam-se, por exemplo, *trans** não

transgênero. A primeira coisa a se dizer sobre o termo 'transgênero' é que não se trata de 'mais uma' identidade gênero-divergente, mas de uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero, presente em todas as identidades gênero-divergentes" (LANZ, 2014, p. 70).

² Como *transgeneridades*, segue a definição de Letícia Lanz: "a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno transgênero, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno

binárias, travestis, *drag kings/queens*, *crossdressers*, andróginas, mulheres transexuais e homens trans.

Ainda neste sentido, deve-se salientar que *orientações afetivas*, *orientações sexuais*, *identidades de gênero* e *expressões de gênero*, não são sinônimos. Podemos entender *orientação sexual* como

a atração ou desejo erótico de alguém por alguém ou algo. O alvo de interesse pode ser mais ou menos específico ou abrangente. Socialmente, as orientações mais comumente reconhecidas são a heterossexual e a homossexual, sendo que a primeira é geralmente mais legitimada e benquista. Há pessoas de quaisquer identidades de gênero com quaisquer orientações sexuais. A orientação sexual é definida a partir da autodeclaração de identidade de gênero, ou seja, de como a própria pessoa se identifica. Assim, uma mulher transexual que tem atração por outra mulher (trans, cis) ou por uma travesti, costuma se considerar *lésbica* e assim deve ser compreendida/respeitada. Um homem trans que aprecie outros homens (trans ou cis) e mulheres é considerado bi, e aí por diante (MARANHÃO Fº, 2014, p. 34-35).³

Já *orientação romântica* ou *afetiva* se referiria

ao tipo social de pessoa à qual há atração afetiva/amorosa e é definida a partir da

autodeclaração de identidade de gênero, ou seja, de como a própria pessoa se identifica. As orientações *românticas* ou *afetivas* mais comumente reconhecidas são a heteroafetiva e a homoafetiva, sendo que a primeira é geralmente mais legitimada e benquista, mas há uma ampla diversidade de orientações afetivas (MARANHÃO Fº, 2014, p. 34).⁴

³ Exemplos de orientações sexuais para pessoas binárias: *Não-bináriessexual*, *heterossexual*, *homossexual*, *bissexual*, *assexual*, *polissexual*, *pansexual*. Exemplos de orientações sexuais para pessoas não-binárias: *ginecossexual*, *androssexual*, *não-bináriessexual*, *bissexual*, *assexual*, *polissexual*, *pansexual*. Em relação à orientação sexual por pessoas não-binárias específicas há uma imensidão de possibilidades. Dentre elas, *demigirlssexual*, *bigêneressexual*, *agêneressexual* etc. (MARANHÃO Fº, 2014, p. 34-35).

⁴ A heteroafetividade é definida pela associação entre pessoas de sexos/gêneros diferentes e a homoafetividade, pela relação entre pessoas de mesmo sexo/gênero. Além de heteroafetiva ou homoafetiva, a pessoa pode ser *a-afetiva* ou *arromântica* (costumeiramente apelidado de *aro*) ou seja, não apreciar ninguém românticamente; *biafetiva*, podendo se envolver com ambos os sexos/gêneros; *poliafetiva*, agregando mais de dois sistemas sexos/gêneros, o que incluiria, por exemplo, pessoas não-binárias, ainda que dentro deste imenso leque existam pessoas às quais a pessoa referente não se relacionaria; e *panafetiva*: não há restrições em termos de pessoa a se envolver dentro da imensa espectrometria não-binária e binária (há de se considerar que mesmo entre o binário mulher/homem há uma diversidade gigantesca de tipos humanos que podem ser ou não desejados pela pessoa referente) – o que demonstra a precariedade de qualquer conceituação/tipologia que se tente estabelecer em relação às associações afetivas (o que também vale para as sexuais, identitárias, etc.). Exemplos de orientações afetivas para pessoas binárias: *a-afetiv(a/o)* ou *arromântic(a/o)*, *biafetiv(a/o)* ou *biromântic(a/o)*, *heteroafetiv(a/o)* ou *heteroromântic(a/o)*, *homoafetiv(a/o)* ou *homoromântic(a/o)*, *não-bináriaefetiv(a/o)* ou *não-binárieromântic(a/o)*, *panafetiv(a/o)* ou *panromântic(a/o)*. Em relação a pessoas não-binárias, que não se identificam (ao menos *não totalmente*) *nem como mulher* e *nem como homem*, não se toma como referente mulher ou homem, e assim, termos como *hétero* e *homo* não seriam convenientes. Uma alternativa usada por algumas pessoas não-binárias é, pensando na relação entre pessoa não-binária e pessoa binária (mulher cis ou trans* e homem cis ou trans*), utilizar *gineco* (de mulher) *afetive* e *andro* (de homem) *afetive*. Exemplos de orientações afetivas para pessoas não-binárias: *Ginecoafetive* (*ginecoromântique*), *androafetive* (*androromântique*), *não-bináriaefetive* (*não-binárieromântique*), *biafetive* (*biromântique*), *a-afetive* (*a-romântique*), *panafetive* (*panromântique*), *poliafetive* (*poliromântique*). Em relação à afetividade por pessoas não-binárias específicas há uma imensidão de possibilidades. Dentre elas, *demigirlafetive* (*demigirlromântique*), *bigêneraefetive* (*bigênereromântique*), *agêneraefetive* (*agênereromântique*) etc. (MARANHÃO Fº, 2014, p. 34).

Identidade de gênero, por sua vez, seria

como a pessoa se sente, se percebe, se entende em relação ao sistema sexo/gênero. Sua identidade de gênero pode ser feminina, masculina, algo entre estes dois lugares ou nenhuma, dentro de um espectro amplíssimo (incluindo os dois lugares ao mesmo tempo ou nenhum) (MARANHÃO Fº, 2014, p. 33).⁵

Expressão / performance / interface de gênero por sua vez, seria "como a pessoa se apresenta, expressa

socialmente seu gênero, de acordo com uma série de normas/convenções sociais. É composta por roupas, comportamentos, timbre de voz/mo de falar, etc." (MARANHÃO Fº, 2014, p. 32-33).⁶

Estes esclarecimentos são importantes, visto que muitas pessoas ainda fazem confusão entre orientação afetiva, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. Tais termos, ainda, relacionam-se

⁵ A identidade de gênero se associa à transgeneridade (ou à identidade entregêneros) e à cisgeneridade. Na primeira, a pessoa não se sente confortável com o sistema sexo/gênero que lhe foi imputado na gestação ou nascimento: sua *real* identidade é aquela a qual se identifica, e não a assignada compulsoriamente. Na segunda situação, a pessoa se sente confortável e concorda com o sistema sexo/gênero que lhe é assignado na gestação ou nascimento. A *diferença* entre pessoas trans* e pessoas cis está no fato de que as primeiras costumam ser alvo sistemático de violências/discriminações /intolerâncias por conta de sua identidade de gênero (e que se associam a outros estigmas sociais que vão sendo associados a estas pessoas), o que não costuma ocorrer com as segundas. Nem identidade nem expressão de gênero tem a ver, necessariamente, com determinadas expectativas sociais sobre o que é *ser mulher* ou *ser homem*. Para que a pessoa seja reconhecida como homem, ela deve ter um pênis? João W. Nery costuma dizer que não: "sou um homem completo mesmo tendo uma vagina, independente de não ter feito cirurgia". E para ser mulher, é necessário ter uma vagina? Para Indianara Siqueira, não. Como a mesma me explicou, "sou uma mulher normal, de peito e de pau". Em relação às identidades de gênero em trânsito – ou identidades trans, ou ainda *entregêneros* – há diversas formas de autodeclarações, como FTM (*female to male*, ou de fêmea para macho), MTF (*male to female*, ou de macho para fêmea), transhomens, transmulheres, homens trans, mulheres trans, transgêneros/as, travestis, *crossdressers*, neutrois, pângeneres, agêneres, bigêneres, *genderfluids*, *genderfuckers*, *genderbenders*, *genderbreakers*, *genderpivots*, não-binários, epicenes, demigêneres, etc. No MD 2.0 ou no decorrer da tese @ leitor@ conhecerá um pouco mais destas autodefinições identitárias – dentre muitas outras possíveis. Butler desnaturaliza a noção de uma identidade de gênero fixa, esta pode ser *móvel e fluida*, e eu diria ainda, *pessoal* (MARANHÃO Fº, 2014, p. 33).

⁶ A *expressão / performance / interface de gênero* pode ser "classificada" genericamente em feminina, andrógina e masculina. As expressões de gênero *costumam* acompanhar as identidades de gênero, ou seja, a expressão de gênero pode ser a manifestação externa da identidade de gênero. Mas, nem sempre a expressão de gênero é congruente ou concordante com a identidade de gênero. Uma pessoa com identidade de gênero feminina pode apresentar uma expressão de gênero feminina, andrógina/não-binária ou masculina. Assim, não há necessária congruência entre identidade e expressão de gênero. O ativismo trans* em geral recomenda que não se confunda *expressão de gênero* com *identidade de gênero* – metaforicamente, podemos pensar que o primeiro seria o HD (*hard drive*) – a parte externa da máquina, enquanto o segundo seria o *software*, a parte mais interna referente à programação dos recursos da máquina (tanto pessoas trans* como cis têm expressão [e identidade] de gênero). Mas só a própria pessoa pode definir se sua experiência refere-se à identidade ou à expressão, visto estas sofrerem hierarquização e outra forma de binarismo: "a *drag queen* é só expressão de gênero e a travesti é identidade de gênero". Ora, quem pode definir isso é a própria pessoa *drag queen* ou travesti, em relação à si mesma. Costumam ser considerados exemplos de expressões de gênero: *drag queens / drag kings / andróginas/os/os / crossdressers*. Mas reforçando, é possível que algumas pessoas se declarem andróginas/os/es, *crossdressers*, *drag kings* ou *drag queens* enquanto identidade de gênero e não expressão ou papel de gênero. Neste caso, vale a regra de ouro: respeitar as automarcações e autodeclarações. Além disso, as identidades e expressões podem se interpolar. Por exemplo, uma mulher trans pode *fazer drag*⁶ assim como um homem cis – independentemente de suas orientações afetivas ou sexuais. Aliás, não se deve confundir expressão e identidade de gênero com orientação sexual e orientação afetiva (que por sua vez não devem ser confundidas, ainda que possam estar mescladas) (MARANHÃO Fº, 2014, p. 32-33).

diretamente a outros dois, cisnormatividade e heteronormatividade, que por sua vez, formam parte da base daquilo que chamo, provisoriamente aqui, de uma teologia cishet/psi/spi.

2.2 Sobre cis/heteronormatividade e uma teologia cishet/psi/spi

Inicialmente, lembro que cisgeneridade é a condição da pessoa *cisgênera* (ou *cis*): aquela que se sente confortável com o sistema sexo/gênero que lhe foi outorgado no nascimento ou gestação. Já a pessoa transgênera ou trans* é aquela que não se sente adequada ao que se espera de um determinado sistema sexo/gênero designado no nascimento ou gestação.

As concepções *cisnormativas* são aquelas, genericamente falando, que naturalizam/normalizam a cisgeneridade, descrevendo/prescrevendo/normatizando as transgeneridades como abjetas. As concepções *heteronormativas*, explicando muito sucintamente, são aquelas que normalizam/naturalizam a prática hétero enquanto normatizam /desnaturalizam as práticas não hétero⁷. Chamamos cis/heteronormatividade a mistura entre concepções cisnormativas e concepções heteronormativas. Já o termo *cishet*, abreviatura de

cis/heteronormatividade e aplicada à pessoa cis/heteronormativa, é um termo nativo bastante utilizado por pessoas trans* e afins, ao menos por volta de 2014.

Aproprio-me de tal termo para conjecturar a respeito de uma possível *teologia cishet-psi-spi*, fundamentada na heteronormatividade e na cisnormatividade – e que também se alicerça em pressupostos das áreas psi e concepções associadas à espiritualidade.⁸ A base desta teologia está, então, nas conexões discursivas entre cisheteronormatividade, psicologização /psiquiatrização e concepções espiritualizantes como as de que as homoafetividades/sexualidades e transgeneridades se relacionariam à posses-sões demoníacas, perversões, doenças, abominações e pecados.

Esta concepção teológica se associa, ainda, ao que James B. Nelson convencionou como conceitos *punitivos/discriminatórios*.

2.3 Conceitos teológicos punitivos / discriminatórios

Nelson convencionou uma tipologia composta por quatro *casos teológicos acerca da homossexualidade*. Há, para tal autor, aquela concepção que prega uma *aceitação plena*, como a de Norman Pittenger, teólogo anglicano, para quem a homossexualidade é uma das muitas

⁷ Lembro que as orientações sexuais não se resumem ao binário homo X hétero: há pessoas assexuadas, bissexuais, polisssexuais, panssexuais, dentre outras possibilidades. A mesma lógica opera em relação às orientações afetivas. Há pessoas que são heteroafetivas, homoafetivas, biafetivas, a-afetivas, poliafetivas e panafetivas, dentre outras variações.

⁸ Especialmente na chamada *batalha espiritual*, o que deixarei para aprofundar em ocasião posterior.

manifestações legítimas da sexualidade humana, e igualmente capaz de conectar a pessoa com Deus; há uma *aceitação qualificada*, concepção partilhada pelo teólogo Helmut Thielicke, que entende que as pessoas homossexuais devem buscar a melhor possibilidade ética para sua condição sexual, ainda que não a sublimem ou a tratem; a concepção de *rejeição sem punição*, e a *condição punitiva e discriminatória*, em que as pessoas homossexuais, além de rejeitadas, são passíveis de punição (NELSON, 2008, p. 57-59).

Como comenta Robert K. Johnston, “a categorização de Nelson ajuda a desenvolver o debate evangélico”, mas, “na comunidade cristã, em geral, nenhum teólogo evangélico adota hoje a posição punitiva, embora ela apareça na imprensa evangélica popular” (JOHNSTON, 2008, p. 79). Há de se indagar a Johnston: será mesmo assim nos Estados Unidos? E no Brasil contemporâneo, a teologia fundamentada na *condição punitiva e discriminatória* é ou não é pensada e praticada?

Pensando no meu campo de pesquisa do doutorado, fundamentado em observação participante em igrejas inclusivas,⁹ ministérios de cura e libertação de travestis e no Facebook,¹⁰

como exemplo, e nas controvérsias que o circundam, as igrejas inclusivas costumam pregar uma *aceitação plena*,¹¹ enquanto os ministérios de conversão de travestis e de homossexuais adotam postura *punitiva* (ainda que muitas vezes numa perspectiva não-terrena, em que a pessoa trans* ou a pessoa LGB não-conversa é punida com o Inferno após a morte) e *discriminatória/de rejeição* – com possibilidade de inclusão caso a pessoa se “reabilite” ou “seja restaurada/liberta/curada”. Fica a pergunta: é possível uma pessoa reorientar seu gênero ou sexualidade?

O mesmo Johnston apresenta algumas controvérsias acerca da questão:

em quem devemos crer? Ralph Blair convictamente afirma que jamais algum homossexual foi curado. “Não existe nenhuma evidência da mudança de orientação de homossexuais para a heterossexualidade nem por meio de terapia nem de

trans e ex trans* em narrativas orais e do Facebook*, analiso algumas das (re/des) conexões entre discursos religiosos /sexuais/generificados e (re/des) elaborações identitárias de pessoas trans* e pessoas ex trans* com distintos reflexos de tais discursos no corpo e n’alma destas pessoas (2014). Ao me referir à tese, em que analisei percursos biográficos de pessoas trans* e pessoas ex-trans*, *não estou tomando as transgeneridades* (termo englobante para as *não-conformidades* em relação ao que é esperado socialmente de uma pessoa de acordo com o sistema sexo/gênero outorgado no seu nascimento ou gestação) como *sinônimo de homossexualidades* (exemplo de orientações sexuais) ou de *homoafetividades* (uma dentre muitas orientações afetivas).

⁹ As igrejas inclusivas são mais popularmente conhecidas como *igrejas inclusivas LGBT* – rótulo que grande parte delas rejeita, por incluírem pessoas de quaisquer identidades/expressões de gênero e orientações afetivas/sexuais.

¹⁰ Na tese, denominada *(Re/des)conectando gênero e religião. Peregrinações e conversões*

Paralellus, Recife, v. 6, n. 12, p. 187-200, jan./jun. 2015.

¹¹ É importante realçar que nem toda igreja autointitulada inclusiva, e nem todo membro de igreja inclusiva são sempre inclusiva/o em relação a todas as pessoas trans*. Além disto, eventualmente (como já presenciei), podem ocorrer manifestações de intolerância interna dentro do próprio segmento LGB.

conversão cristã ou de orações”, diz ele. No outro lado do espectro, Richard Lovelace afirma que os homossexuais podem e, na verdade, tem sido curados e transformados em heterossexuais, como o próprio Paulo escreve (1 Co 6.11), por meio dos plenos recursos presentes na graça e oferecidos aos cristãos (JOHNSTON, 2008, p. 95).

Johnston completa: “a evidência científica ou a revelação bíblica não permitem que se garanta a cura dos que desejam reorientar sua propensão homossexual” (JOHNSTON, 2008, p. 96). Para outro autor, John J. McNeill,

os seres humanos não escolhem a orientação sexual; descobrem-na como algo dado. Orar pedindo a mudança da orientação sexual seria equivalente a pedir a Deus que mude os olhos azuis para castanhos. Além disso, não existem formas saudáveis para modificar a orientação sexual depois de estabelecida. A pretensão de certos grupos de transformar homossexuais em heterossexuais é espúria e frequentemente baseada em homofobia (cf. O panfleto de Ralph Blais, “Ex-Gay”. A técnica geralmente usada para efetuar essa pseudo-troca vale-se da provocação de sentimento de auto-ódio no homossexual, causando, frequentemente sérios danos psicológicos e muito sofrimento. As comunidades cristãs que fazem uso desse ministério, agem assim para evitar desafios à sua atitude tradicional e para não dialogar com gays que se aceitam como tal nem com psicoterapeutas profissionais (os psicoterapeutas que essas igrejas citam, em geral, são extremamente conservadores e homofóbicos em sua orientação). A verdadeira escolha possível para homossexuais não é optar pela heterossexualidade ou pela homossexualidade, mas entre relacionamento homossexual e

nenhum relacionamento sexual, seja qual for (McNEILL, 2008, p. 131).

McNeill comenta ainda sobre o celibato como forma de terapia e cura:

outras igrejas confinam seu ministério oficial de cura insistindo que os gays optem pelo completo celibato. Segundo a tradição cristã, o celibato é um dom especial de Deus a certas pessoas por causa do reino. Os homossexuais que, porventura, recebem esse dom são, na verdade, abençoados (McNEILL, 2008, p. 131).

Escutei de um@ pastor@ assembleian@ brasileir@ uma outra perspectiva:

“Participei de um congresso do Exodus Internacional com o ministério Regeneration, também dos Estados Unidos. Foi no interior. Eu simplesmente repudiava todos homossexuais. Eu excluía eles quando percebia eles no templo. Mas isso era pecado de omissão. Comecei a perceber os homossexuais com outro olhar, os olhos de Jesus. Conhecendo a Verdade, a Verdade libertará essas criaturas. Essa é nossa missão: apresentar a Verdade e a Palavra que não morre para estas criaturas. Claro que quem não aceita a Verdade só tem um destino, o Inferno, afinal, homossexualismo é pecado e esta verdade não passará” (informação verbal).¹²

Enquanto Johnston e McNeill apresentam diferentes perspectivas acerca das concepções cristãs evangélicas sobre o assunto, a narrativa acima demonstra a existência de ministérios estadunidenses de

¹² PASTOR@ EVANGÉLIC@ A., *Entrevista a Maranhão Fº*, 2012.

reorientação sexual no Brasil (como o Exodus International, atualmente Exodus Global Alliance),¹³ e parece apontar para uma mescla entre *aceitação qualificada e condição punitiva/discriminatória*, demonstrando que as categorias mencionadas por Nelson podem se misturar.

Não me interessa aqui “definir” se é ou não possível que uma pessoa homossexual/afetiva ou uma pessoa trans* possam transitar entre orientações sexuais/afetivas e/ou identidades/expressões de gênero e muito menos “definir” se é possível que a pessoa se torne *ex o que quer que seja* – minha intenção é a de fomentar o debate acerca das problematizações em torno dos casos: o que leva, ao menos em alguns casos, uma pessoa trans* a querer *transicionar, destransicionar, redetransicionar* seu gênero? O que estimula a pessoa LGB a *reorientar* (ou seria *desorientar*?) sua orientação romântica e/ou erótica? Em que se fundamentam os *ministérios de “reorientação, cura e libertação sexual”, “reversão da homossexualidade” e “resgate da heterossexualidade”*?

Em relação à esta pergunta, além de alguns versos bíblicos – *lidos de modo descontextualizado sócio historicamente* – tais coletivos parecem

prescindir de discursos de líderes variados/as como, por exemplo, as psicólogas Rozangela Justino (fundadora e líder da ABRACEH¹⁴) e Marisa Lobo (que teve seu registro cassado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná em 2014 por praticar terapia de reorientação sexual, algo condenado pelo Conselho Federal de Psicologia).

Em âmbito nacional temos ainda textos dos fundadores da Exodus,¹⁵ além de livros de Julio Severo, como *O movimento homossexual: sua história, suas tramas e ações, seu impacto na sociedade, seu impacto na Igreja*, enquanto internacionalmente, há as obras de Leanne Payne *A cura do homossexual e Imagens partidas: restaurando a integridade pessoal por meio da oração*, e a obra autobiográfica *Deixando o homossexualismo*, de Bob Davies e Lori Rentzel.

As *igrejas evangélicas neopentecostais* têm também obras de seus fundadores que contemplam questões como homossexualidade, profissionais do sexo, aborto, divórcio e casamento cristão. Algumas das igrejas vinculadas a tais pastor@s têm editoras próprias. Um exemplo é a *Central Gospel*, do pastor/psicólogo Silas Malafaia, da

¹³ Alguns dos *slogans* da Exodus Global Alliance em seu *site* atual são “change is possible” e “freedom from homosexuality through the power of Jesus Christ”, ou, respectivamente, “mudar é possível” e “liberdade da homossexualidade através do poder de Jesus Cristo”. *Exodus Global Alliance*, 2015.

¹⁴ Associação Brasileira de Apoio aos que Voluntariamente Desejam Deixar a Homossexualidade (posteriormente Associação de apoio ao ser humano e à família).

¹⁵ Como explica Sérgio Viula, “uma das maiores redes de organizações de “ajuda” aos homossexuais que desejam deixar o “homossexualismo” (eles insistem em usar esse termo) é a Exodus Internacional, da qual a Exodus Brasil é um braço” (VIULA, 2010, p. 34).

Associação Vitória em Cristo (AVEC): um dos seus títulos é *Nascido gay? Existem evidências científicas para a homossexualidade?* de Dr. John S. H. Tay (TAY, 2011).¹⁶

A seguir, observemos, de modo bastante sintético, algumas concepções de Tay (e de outro autor, Springett) que apontam para uma *condição punitiva e discriminatória* relacionada a uma teologia cishet/psi/spi.

2.4 Exemplos de uma teologia punitiva/discriminatória cishet/psi/spi em *Nascido gay? Existem evidências científicas para a homossexualidade?* de Dr. John S. H. Tay

Na obra acima mencionada, Tay comenta que “em 1974 a Associação Psiquiátrica Norte-americana, com base em dados científicos incertos e sob pressão de ativistas, decidiu excluir a homossexualidade do rol de doenças mentais no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (3 e.)” (TAY, 2011, p. 12), e que depois disso,

houve um interesse crescente em provar a hipótese de que a homossexualidade tem uma base genética, com o intuito de ridicularizar a ideia de que não estão envolvidas influências sociais e externas em sua origem, implicando que não seria possível voltar à orientação heterossexual. Isso, então, levou a um movimento que visava banir a terapia de reorientação para aqueles que buscavam mudança (TAY, 2011, p. 12).

Através de tais argumentos, Tay aponta para a proposta de seu livro: demonstrar que não há razões científicas que comprovem a homossexualidade como nata e, portanto, a desabilitem de uma cura e reabilitação / restauração. Ele explica que

nos últimos anos, tem havido oposição ao oferecimento de terapia de reorientação (também conhecida como terapia de conversão ou terapia reparadora) a homossexuais que desejam mudar. Aqueles que são contrários afirmam que essas terapias violam a ética profissional, pois estariam oferecendo terapia para uma condição que não é doença, o que a tornaria ineficaz e prejudicial (TAY, 2011, p. 152).

Mas para ele, “os profissionais não devem caminhar em direção à proibição da terapia de reorientação sexual. Os pacientes devem ter autonomia e devem ser respeitados para fazer uma escolha esclarecida quanto a quererem ou não mudar” (TAY, 2011, p. 152).

Quando Tay se refere à “mudança” e à “terapia de reorientação / conversão / reparação sexual”, ele agrega as transgeneridades, entendendo que “o Transtorno de Identidade de Gênero (TIG)”,¹⁷ “se refere a pessoas que enfrentam uma disforia de gênero significativa (descontentamento com o sexo biológico com que nasceram)”, o que abrangeria “características

¹⁶ Algo curioso, na obra, é que o próprio Dr. John S. H. Tay faz o prefácio de sua obra, algo pouco usual, pelo menos no Brasil.

¹⁷ Classificação psiquiátrica constante do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM) e atualmente bastante questionada pelos movimentos de *despatologização das identidades trans** internacionais e brasileiros.

relacionadas à transexualidade, ao transgnerismo e ao travestismo”. Para Tay, “estudos sugerem que a disforia de gênero persistente em crianças e adolescentes com TIG constitui uma minoria dos casos, e a maioria se tornou heterossexual durante o crescimento” (TAY, 2011, p. 141-142). Considerações como esta demonstram a (con)fusão feita por Tay entre transgneridades e homossexua-lidades/afetividades e também sua crença na possibilidade de reversão da homossexualidade (em que ele equivocadamente enfeixa as transgneridades).

Mas para Tay, “melhor que trabalhar com a possibilidade de reversão é educar corretamente, evitando aberrações das funções do gênero” (TAY, 2011, p. 140). Ele prossegue:

parte da criação bem-sucedida de uma criança é orientá-la, desde o nascimento, no papel biológico e culturalmente aceitável de seu gênero. Isso é alcançado de melhor forma ao prover um relacionamento entre marido e mulher que exemplifique os respectivos papéis (TAY, 2011, p. 141).

Como observamos, Tay apresenta uma determinada concepção de família, fundada no relacionamento entre marido e mulher, condição primordial para que a criança tenha uma “criação bem-sucedida (...) no papel biológico e culturalmente aceitável”.

É importante, para o autor, que pai e mãe fiquem atent@s: “esperar até a adolescência para prestar atenção é

dar a essa orientação equivocada de gênero mais tempo para afetar o comportamento do indivíduo permanentemente” (TAY, 2011, p. 141). Isto ocorreria, para Tay, pois haveria um período crítico “para que uma função de gênero imprópria se torne arraigada na vida de uma criança, parece estar localizado bem no início da vida”, o que significaria que

o impacto do ambiente externo na identificação do gênero é maior em idades menores, o que implica que a criança seja mais suscetível ao desenvolvimento homossexual em uma idade mais jovem quando há estímulo ambiental suficiente (TAY, 2011, p. 141).

Vemos que, para o autor, a criança se torna suscetível a se tornar homossexual (e ele engloba erroneamente as transgneridades) no início da infância; e identidade de gênero e orientação sexual se mesclam fazendo parte de um *combo* que merece atenção especial fundamentada na cis-heteronormatividade, necessitando acompanhamento espiritual e psicológico.

Para Tay, um dos fatores de desenvolvimento da homossexualidade está na influência externa: “basta dizer que ambientes homossexuais ou a favor da homossexualidade – seja na educação escolar, seja na forma de um relacionamento homossexual – podem ser forças poderosas” (TAY, 2011, p. 148).

Tay apresenta outras razões para a homossexualidade: fatores pós-natais como a ausência/distância emocional dos pais, (TAY, 2011, p. 143) abuso sexual e físico infantil praticado por parentes mais velhos (TAY, 2011, p. 144) e abuso sexual e físico na vida adulta, especialmente no caso de lésbicas (TAY, 2011, p. 144-147).

Outro autor que comenta sobre o tema de modo similar é Ronald M. Springett: “ninguém realmente entende ainda suas causas – se é um fenômeno físico, mental ou psicossocial. Para dizer a verdade, talvez seja uma combinação dos três fatores” (SPRINGETT, 2007, p. 204). Além disso,

tudo quanto possa ser dito no momento sobre a causa ou as causas da inversão homossexual aponta para a possibilidade de existir em alguns homossexuais um fator biológico predisponente, apesar de sugerirem que a homossexualidade seja de alguma forma um comportamento aprendido, sendo em alguns casos talvez até um comportamento subconsciente [...] O ambiente social posterior pode intensificar ou desestimular a tendência (SPRINGETT, 2007, p. 208).

Springett contempla que

a Igreja deve aceitar o indivíduo de orientação homossexual que necessita de ajuda e apoio para lutar contra as tendências que o atraem para indivíduos do mesmo sexo. Mas aqueles que insistem em continuar num estilo de vida homossexual ativo e o promovem como uma relação normal, natural e até mesmo superior à relação heterossexual, mostram por esse ato que desconsideram e minam a única

autoridade sobre a qual se baseia a própria existência e missão da igreja, a saber, as Escrituras (SPRINGETT, 2007, p. 218).

Se para este autor a solução está na aceitação da pessoa homossexual com o objetivo de que ela “lute contra suas tendências” e “tenha sua sexualidade restaurada”, Tay entende que a profilaxia estaria no

impedimento à exposição de menores a ideologias gays afirmativas que possam agir como estímulo homossexual suficiente em uma idade em que eles estão mais suscetíveis ao desenvolvimento homossexual (TAY, 2011, p. 147).

Além de impedir que “menores sejam expostos a ideologias gays afirmativas”, o que para o autor agiria como “estímulo homossexual”, outra forma de erradicação da homossexualidade, para Tay, está, como já sinalizado, na “educação reforçada e aplicação de leis para proteger menores de abuso, principalmente de abuso homossexual” (TAY, 2011, p. 147).

Podemos indagar aqui a Tay: qual seria a diferença entre sofrer abuso homossexual e sofrer abuso heterossexual? Por que as leis deveriam coibir “principalmente o abuso homossexual”? O problema não está em sofrer o abuso em si, o que é igualmente execrável?

Outra pergunta possível – quando Tay menciona pessoas que “desejariam mudar”, ou seja, “restaurarem sua heterossexualidade” –, seria a do *porque*

tais pessoas *desejariam* fazê-lo. Quais seriam as motivações para a pessoa *querer* uma reorientação de gênero ou de orientação afetiva / sexual? Isto não estaria relacionado à pressão exercida pela cis-heteronormatividade, reforçada por concepções religiosas psiquiatrizantes / patologizantes / *pecadologizantes*, de caráter punitivo / discriminatório – *cishet / psi / spi* –, como a dos próprios Tay e Springett?

As concepções de autores como Tay e Springett circulam, como vimos, entre entender a “inversão sexual” como motivada pela “ausência dos pais”, “abuso sexual e físico infantil e adulto”, “uma combinação de fenômeno físico, mental e psicossocial”, com “um fator biológico predisponente” e receber “influência externa” de “ambientes homossexuais ou a favor da homossexualidade”, como escola e observação de relacionamentos homossexuais. A solução para ambos autores está na “cura e libertação” da pessoa homossexual através da reversão ou da educação já na infância, a fim de “evitar aberrações das funções do gênero”.

Como observamos, as concepções teológicas de Springett e de Tay,

fundamentadas na cis/heteronormatividade e de cunho biologicizante/psiquiatrizante/patologizante/pecadologizante, misturam uma postura *punitiva/discriminatória* aliada a uma *aceitação condicional*: a pessoa homossexual é aceita, desde que esteja disposta a modificar sua “conduta” – ao estilo do “venha como tu és mas não permaneças como estás”, espécie de “mantra” perpetrado por diversas igrejas cristãs tradicionais.

De todo modo, este é um debate caro quando se fala da relação entre pessoas LGB, pessoas trans* e igrejas cristãs. Se para as igrejas inclusivas não há patologia nas homossexualidades/afetividades e nas transições de gênero (ao menos em geral), em grande parte das demais igrejas autointituladas cristãs a homossexualidade e os trânsitos generificados ainda são vistos como *doença* – o que é particularmente visível nos ministérios que pretendem “resgatar/restaurar a heterossexualidade”, “curando/libertando” e “convertendo” homossexuais e pessoas trans* em *homens e mulheres de Deus* – e que se apoiam em livros como o de Tay e Springett.

3 Considerações *inconclusivas*

Literatura contendo concepções teológicas *cishet/psi/spi*, de caráter punitivo/discriminatório, como as acima apresentadas, podem atuar reforçando o

fundamentalismo religioso associado a um fundamentalismo de gênero e a um fundamentalismo de orientação sexual e afetiva, podendo ainda fomentar

manifestações (mais que lamentáveis, execráveis) de intolerância e violação da integridade física e/ou moral de pessoas LGB e pessoas trans*.

Ampla parte dessa literatura é fundamentada em leitura da Bíblia feita *ao pé da letra*, descontextualizada sócio-historicamente, a partir de versos específicos. Quais os (d)efeitos de uma leitura desse tipo?

Pelo que escutei através de dezenas de entrevistas, o uso de versos bíblicos sem o necessário cuidado com sua contextualização trazia – dentre outros impactos diretamente relacionados às múltiplas formas de intolerância a pessoas transgêneras, travestis e transexuais, e a pessoas homoafetivas/homossexuais –, a internalização das transfobias, quando a pessoa rejeita em si mesma sua condição transgênera ou de transgressão de gênero, ou das homofobias, em que o indivíduo rechaça sua homossexualidade/homoafetividade.

Durante minha tese, uma coisa me ficou clara, como dado de campo: não existe nada de patológico, *pecadológico*, psiquiatrizável ou demoníaco em nenhuma pessoa trans* ou pessoa LGB em relação às suas identidades e/ou expressões de gênero e orientações eróticas e/ou românticas. De constatações como esta, até óbvias, devem se desdobrar nosso repúdio a quaisquer formas de intolerâncias, discriminações e violações de direitos – não somente generificados e sexuais, mas – humanos.

Certamente muito mais poderia ser dito a respeito. Mas trata-se de um trabalho em (per)curso e processo, que visa convidar a todas e todos (e *todes*, para usar uma linguagem inclusiva não-binária) ao diálogo, sempre objetivando o respeito a todas as formas de ser generificadas e sexuais.

Referências

DAVIES, Bob; RENTZEL, Lori. *Deixando o homossexualismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 1997.

EXODUS Global Alliance. Disponível em: <<http://www.exodusglobalalliance.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

JOHNSTON, Robert K. A homossexualidade e os evangélicos: a influência da cultura contemporânea. In: PROENÇA, Eduardo de. *Homossexualidade – perspectivas*

cristãs. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *Re(des)conectando gênero e religião*. Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e

do Facebook. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

McNEILL, John J. Homossexualidade: desafio ao crescimento da Igreja. In: PROENÇA, Eduardo de. *Homossexualidade – perspectivas cristãs*. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

NELSON, James B. A homossexualidade e a igreja. In: PROENÇA, Eduardo de. *Homossexualidade – perspectivas cristãs*. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

PASTOR@ EVANGÉLIC@ A. *Entrevista*. São Paulo, 2012. Entrevista concedida a Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho.

PAYNNE, Leanne. *A cura do homossexual e Imagens partidas: restaurando a*

integridade pessoal por meio da oração. Rio de Janeiro, Louva-a-Deus, 1994.

SEVERO, Julio. *O movimento homossexual: sua história, suas tramas e ações, seu impacto na sociedade, seu impacto na Igreja*. Belo Horizonte: Betânia, 1998.

SPRINGETT, Ronald M. *O limite do prazer. O que a Bíblia diz sobre a identidade sexual*, 2007. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

TAY, Dr. John S. *Nascido gay? Existem evidências científicas para a homossexualidade?* Rio de Janeiro: Central Gospel, 2011.

VIULA, Sergio. *Em busca de mim mesmo*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

Recebido em 15/05/2015.
Aceito para publicação em 30/06/2015.